

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
14 de dezembro de 2018 - Nº 649 - www.sindipetrocaxias.org.br



PLR REJEITADA PELA CATEGORIA PETROLEIRA

Com quatro fortes motivos apresentados pela FUP e pelo Sindipetro Caxias, a categoria petroleira rejeitou quase que por unanimidade a proposta do novo regramento da PLR apresentado pela Petrobrás, no dia 07.

As assembleias para avaliação da proposta aconteceram entre os dias 10 e 14 de dezembro em todas as bases do Sindicato (REDUC, TECAM, UTE-GLB e ECOMP-ARAPEÍ).



98,5% dos trabalhadores disseram não a esta proposta que dá mais ênfase aos indicadores financeiros e mercadológicos do que de produção.

Este seria mais um passo para a Petrobrás se tornar



uma empresa de escritório e não de exploração e produção de petróleo. Com alterações unilaterais da composição dos indicadores pela empresa, a nova regra dificultaria que os trabalhadores alcançassem as metas. E mesmo com metas atingidas, a Petrobrás só pagaria se a empresa obtivesse lucro. Além disso, a proposta vincula o Sistema de Consequências ao regramento da PLR, que serve apenas para punir os trabalhadores e blindar a gestão.

O adiantamento é outro ponto nebuloso da proposta que não está sequer previsto na minuta do Acordo. Aliás, até agora, nenhuma das

subsidiárias do Sistema enviou a proposta de PLR para os sindicatos avaliarem.

Com tantas armadilhas e contradições expostas na proposta de regramento que a Petrobrás quer aprovar a toque de caixa, os trabalhadores já começam a questionar as reais intenções da empresa. Pelo que parece, quem não quer o acordo são os gestores da Petrobrás.



Total Geral			
Votantes	REJEIÇÃO À PLR		
325	Sim	Não	Abst
	323	2	3

Recesso de fim de ano

A partir de segunda-feira, 17, a sede do Sindipetro Caxias entrará em recesso de final de ano. As atividades da secretaria retornam no dia 16 de janeiro. Atividades externas como assembleias e reuniões acontecerão paralelamente. Lembrando que o recesso da assessoria jurídica acompanha o Poder Judiciário, retornando dia 05/02. Em caso de emergência, os diretores deverão ser acionados via celular nos seguintes números:

Paulo Cardoso (21) 992936576; **Luciano Santos** (21) 997797955; **Nivaldo Alves** (21) 994391983; **João Moulin** (21) 996988143; **Samuel Calixto** (21) 992899563; **Simão Zanardi** (21) 994396102.



Audiência Pública debate Plano Petros e privatização

O diretor da FUP e conselheiro deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin, foi um dos convidados da audiência pública no dia 12, na Câmara dos Deputados Federais, que teve como tema “Equacionamento do Plano Petros (PPS), a privatização da Petrobrás e as suas responsabilidades com o plano”.

A audiência foi realizada pela Comissão de Legislação Participativa, a partir de proposição do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).

Os petroleiros presentes ressaltaram que a Petrobras vive um processo de privatização fatiada e que boa parte dos seus ativos estratégicos, inclusive campos de

pré-sal e empresas subsidiárias, que agregam valor à companhia, são vendidos a preços irrisórios. O Plano Petros, fundo de pensão mantido pela empresa, faz parte desse desmonte. Os gestores impuseram aos participantes e assistidos um equacionamento que compromete parte substancial da renda dos petroleiros, para cobrir o deficit do plano.

Além de Paulo Cesar, foram convidados para a audiência, o diretor-geral da Associação Nacional dos Petroleiros e Petroleiras (ANPP), Valdemar Moreira da Silva Filho; o secretário-geral da FNP, Adaedson Costa; o coordenador-geral de Representação Judicial Substituto



da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Luiz Emmanuel Andrade Farias; o coordenador-geral de Processo Sancionador da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento da Previc, Hilton de Enzo Mitsunaga; e a chefe de Divisão da Coordenação Geral de Representação Judicial da Procuradoria Federal junto à Previc, Dirlene Gregório Pires da Silva. [FUP]

Técnicos que limpavam óleo que vazou na Baía de Guanabara são ameaçados por homens armados



Os técnicos que faziam o trabalho de contenção do óleo que vazou no Rio Estrela, na Baía de Guanabara devido a uma tentativa de furto em uma linha da Transpetro, foram ameaçados por homens armados em Magé, na Baixada Fluminense, e obrigados a

abandonar o trabalho.

Em entrevista para o portal G1, o gerente-geral de segurança e contingência da Transpetro afirmou que foram tomadas as medidas necessárias para preservar a segurança dos trabalhadores e a polícia acionada. Mas não adianta tomar medidas posteriores, as medidas precisam ser preventivas. A gerência de segurança e contingência da Transpetro não está capacitada para resolver este tipo de emergência em comunidades com conflito armado. A direção do Sindipetro Caxias

reforça a necessidade de que a polícia seja acionada preventivamente e que os trabalhadores usem seu direito de recusa caso sintam sua vida ameaçada. Infelizmente, este direito ainda é limitado apenas aos trabalhadores próprios. Os trabalhadores terceirizados estão à mercê da irresponsabilidade gerencial.

